

Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas
Curso de Pedagogia

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: A POLÍTICA NACIONAL E A
CONDUTA DO PARANÁ**

Camila Lopes Barbosa

Maringá

2011

CAMILA LOPES BARBOSA

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: A POLÍTICA NACIONAL E A
CONDUTA DO PARANÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do título de Pedagoga sob orientação da Professora Dra Tânia dos Santos Alvarez da Silva.

Maringá

2011

Camila Lopes Barbosa

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: A POLÍTICA NACIONAL E A
CONDUTA DO PARANÁ**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Paula Edicléia França Bacaro

Prof^a Dr^a Regina Lúcia Mesti

Prof^a Dr^a Tânia dos Santos Alvarez da Silva

Data da Aprovação

Maringá ___ de _____ 2011

Dedico este trabalho de conclusão de curso primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria possível, e aos meus pais que são meus alicerces e a todos meus professores.

AGRADECIMENTOS

É impossível agradecer nome a nome aqui as pessoas que me ajudaram nesta caminhada,mas desde já agradeço todos de coração.No entanto tem alguns que foram incondicionalmente importantes em minha vida, primeiramente agradeço Deus, que foi meu porto seguro nos momentos de duvidas e fraquezas, e que sem sua presença em minha vida nada do que sou ou do que fiz teria sido possível.

Agradeço aos meus pais de forma infinita pelo amor, e pelo apoio nestes quatro anos de graduação, sei que não foi fácil e reconheço o tanto que esforçaram para me proporcionar uma formação.Agradeço minha mãe por ser a mulher mais admirável que conheci em toda minha vida, por sua bondade dedicação e amor, e pelo esforço e paciência para enfrentar comigo esses quatro anos de estudos. Agradeço ao meu pai que tanto se sacrificou no trabalho para nos dar uma vida melhor e para arcar com as despesas dos meus estudos que não foram poucas, e agradeço por ter me incentivado a fazer este curso, e me sento feliz em poder realizar um sonho dele , o sonho de ver sua filha se tornar uma “Professora”.Mesmo que agradecendo hoje até o final de minha vida seria pouco pelo que fazem por mim e pelo amor que a mim dedicam

Agradeço minha irmã que também contribuiu para se tornar esse sonho possível mesmo que da maneira dela sei que foi de coração e verdadeiro, pois sei o amor de uma família fala mais alto do que qualquer outra coisa.

Agradeço de coração também minha orientadora Tânia, que aceitou esse desafio de forma tão responsável e amorosa, acho que eu não poderia ter escolhido uma orientadora melhor.

A minha amiga de sala Liliane nem sei o que dizer, só tenho a agradecer também a esses quatros anos de muitas risadas, e que um pouco disso tudo devo a ela, que me apoio nos bons momentos e que me deu muita força nos momentos difíceis e sei que essa não é uma amizade de quatro anos apenas, é uma amizade que quero cultivar a vida inteira.

Meu muito obrigado a todos os professores destes quatro anos de graduação, e a todas as minhas colegas, de sala e até mesmo as que tiveram que adiar um pouco a realização deste sonho, a todos você meu obrigado mais sincero e de coração.

BARBOSA,Camila Lopes.A **INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS:A POLITICA NACIONAL E A CONDUTA DO PARANÁ**.Maringá.2011.Artigo(Trabalho de conclusão de curso).Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso aborda a surdez em seus aspectos biológicos e históricos, bem como o processo de inclusão de alunos surdos nas escolas comuns. Com essa finalidade apresenta as condições e leis relacionadas à inclusão escolar no Brasil e no Estado do Paraná. Procura destacar que, para que a inclusão escolar se torne uma realidade é preciso que ocorram adequações das escolas e dos professores, em sintonia com as leis que definem a inclusão no espaço escolar. Tais adequações são imprescindíveis para que a educação de alunos surdos não seja revestida de um caráter assistencialista mas, que se torne, de fato, uma educação capaz de promover o desenvolvimento intelectual desse aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez, Inclusão Escolar , Políticas Públicas de Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos com deficiência nas escolas comuns no Brasil impõe aos responsáveis pela educação uma luta diária. Com relação à inclusão escolar do aluno surdo vários problemas representam obstáculos à consolidação dessa inclusão. Isso porque, para que o surdo frequente uma escola regular, não basta estar matriculado em uma sala de aula comum, ele precisa de um atendimento verdadeiramente especial. Ele precisa de um professor fluente em Libras, e um intérprete durante todas as aulas. Algumas escolas ainda não têm profissionais preparados para atender o surdo e, nestes casos, a inclusão ao invés de beneficiar o aluno surdo pode resultar em um impedimento ao seu desenvolvimento escolar.

A história das pessoas com deficiência é marcada por grandes dificuldades de inclusão social. Enquanto que a inclusão escolar representa apenas uma das facetas dos transtornos experimentados por esses sujeitos. Muitos são vítimas de preconceito e de privação de direitos sociais, fazendo com que não se sintam cidadãos de fato.

A escola que se pretende inclusiva assumiu a tarefa de assegurar, além da transmissão de conhecimentos as condições efetivas para que o aluno com deficiência seja aceito e mais que isso, sinta-se aceito no espaço escolar. Para tanto, precisa fazer com que cada aluno descubra suas habilidades e possibilidades e que seja reconhecido como parte do conjunto de alunos da escola e de cada sala de aula em particular. Acredita-se que essa condição de pertencimento favorecerá a autonomia e integração do aluno com deficiência. Tomando para si o compromisso da inclusão, a escola será realmente democrática e os alunos, com e sem deficiência, se beneficiarão desta nova realidade educacional.

O desafio que se impõe à escola do século XXI é o de ofertar, além de uma estrutura física e pedagógica condizente com as necessidades dos alunos com deficiência, assegurar o atendimento das necessidades dos demais alunos da escola. E essa responsabilidade não é só do professor mas de todos aqueles que compõem o sistema educacional. É preciso destacar que, a prática da inclusão no decorrer dos últimos anos, busca tornar-se uma realidade nas escolas brasileiras.

A SURDEZ DO PONTO DE VISTA BIOLÓGICO.

De acordo com Villar e Junior (2008), a audição é o sentido que mais nos integra ao mundo, de forma que, sem a audição nossa fala pode ser comprometida e quanto maior for o déficit, maiores serão as dificuldades enfrentadas com a língua falada.

Para entender a surdez é preciso conhecer os seus determinantes biológicos. Para os estudiosos o ouvido é dividido em três partes, o externo, médio e interno. O ouvido externo corresponde ao pavilhão e ao conduto por onde o som é canalizado, o ouvido médio é o local em que estão localizados os três ossículos, o martelo a bigorna e o estribo. Esta porção do ouvido funciona como um equalizador do som. O ouvido interno é formado pelo aparelho vestibular e pela cóclea. A cóclea, por meio do nervo auditivo transmite os sinais sonoros para o cérebro.

A estrutura do aparelho auditivo, como apresentada por Villar e Junior (2008), está demonstrada no esquema que segue:



Figura 1: Estrutura do aparelho auditivo

Fonte: http://www.amattos.eng.br/Public/INSTRUMENTOS_MUSICAIS/Textos/Medic_Som/Medicina_Som.htm

Para além das estruturas do ouvido devemos considerar os graus de surdez, pois existem níveis diferentes de surdez. O Comitê Misto sobre Audição Infantil (Joint Committee

on Infant Hearing), em 2007, criou uma escala que estabelece o limite entre a audição de uma pessoa normal e os diferentes níveis de surdez. Uma pessoa normal ouve de 10 a 26 dB. Uma perda auditiva a partir de 27 a 40 dB caracteriza a surdez leve. Na surdez moderada a perda é de 41 a 55 dB. A perda de audição acentuada, ou moderadamente severa, encontra-se entre 56 a 70 dB. A perda auditiva grave ou severa apresenta-se entre 71 a 90 dB. A perda acima de 90dB caracteriza a surdez profunda. A identificação dos referidos níveis de audição é feita mediante a realização de exames como a audiometria.

Para a realização de algum tratamento para a audição é necessário avaliar qual o grau de surdez do indivíduo, pois alguns níveis e tipos de surdez podem ser tratados, outros requerem aparelhos auditivos. Os aparelhos auditivos são equipamentos para amplificação do som, e são de uso individual. Segundo Villar e Junior (2008), as pessoas surdas podem ainda optar pela implantação de eletrodos na orelha interna por meio do implante coclear. Os aparelhos de amplificação do som são aqueles dispositivos colocados dentro ou atrás da orelha. A definição do tipo de aparelho que cada surdo deve usar depende do nível de surdez. O implante coclear é indicado para pacientes com surdez neurossensorial profunda. Ele é composto por um dispositivo interno e outro externo. O implante coclear é composto por eletrodos implantados dentro da cóclea, e por uma parte externa onde há um microfone, um microprocessador de fala e um transmissor. O surdo que opta pelo implante pode desenvolver a linguagem e a audição. Na sequência apresentamos a estrutura interna e externa do implante coclear.

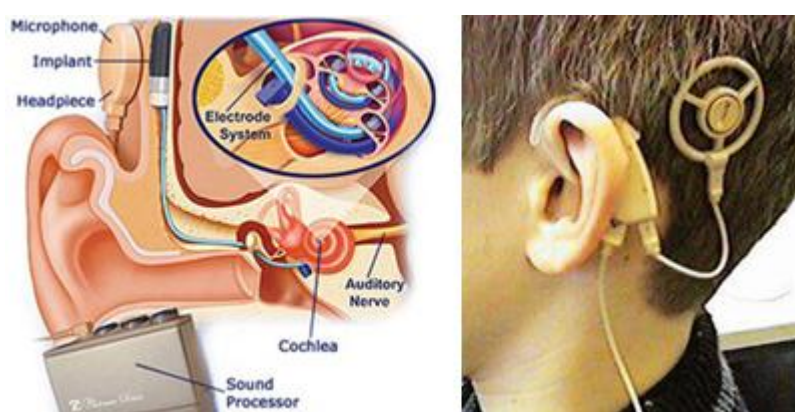


Figura 2:Implante coclér

Fonte: <http://www.implantecoclear.org.br/textos.asp?id=5>

No próximo tópico faremos uma reflexões sobre as especificidades das surdez .

REFLETINDO SOBRE A SURDEZ.

Atualmente, muito se discute sobre a educação bilíngue no Brasil. Com a inserção do aluno com deficiência na escola comum, sobretudo a partir de políticas nacionais de inclusão, vários documentos legais foram compostos a partir da nova realidade.

Nesse momento abordaremos de forma pontual a surdez. Segundo Sacks(1998), o termo surdo é vago, muito amplo e nos impede de levar em conta os graus de surdez imensamente variados. De forma mais específica abordaremos a educação dos surdos, uma situação ainda mais desafiadora do que a condição do sujeito acometido por privação sensorial auditiva.

O foco deste trabalho será a educação de surdos pré-linguais, ou seja, nos deteremos em nossas reflexões e análises, na condição de surdos que não tiveram nenhum contato com imagens sonoras das quais possam recordar. Em geral, as condições de aprendizagem de surdos pré-linguais são muito diferentes das condições dos surdos pós-linguais. Os surdos que já tiveram uma experiência auditiva, podem eventualmente, na busca de compreensão da fala, e por vezes da escrita, recorrer ao que Sacks(1998) definiu como vozes fantasmagóricas. A experiência primitiva com a sonoridade do mundo das palavras confere ao surdo pós-lingual, recursos psicológicos adicionais para a apropriação da fala e da escrita alfabética.

Assim, existem duas possibilidades de manifestação da surdez. Estes dois tipos de surdez colocam o sujeito surdo em condições diferentes, pois de fato, os que nasceram sem audição ou a perderam muito cedo não tem ao que recorrer para acessar lembranças linguísticas de natureza oral-auditiva. Cabe considerar que, se pessoas surdas, em razão da dificuldade de acesso auditivo aos conteúdos da língua oral ficarem privadas do desenvolvimento linguístico satisfatório, estas tem uma probabilidade significativa de atraso mental/intelectual.

Parte significativa do nascimento de surdos ocorre entre famílias de ouvintes, que não conhecem Libras e não sabem como lidar com a situação do filho. Em razão da dificuldade de comunicação com o filho, por um sistema de linguagem comum (compartilhado pelos interlocutores em questão), alguns surdos são mantidos à margem das experiências comunicativas no interior da família e também da sociedade.

Segundo Galuch e Mori (2008), o homem ao conviver com outras pessoas, se apropria de conhecimentos. O domínio de um sistema de linguagem é o que possibilita ao homem

adquirir e trocar informações. Sendo assim, o homem pode, por meio da linguagem refletir sobre fatos e objetos e sobre o seu próprio pensamento, já que o pensamento e a linguagem estão diretamente ligados, uma vez que é a linguagem que proporciona a organização do pensamento. Em última análise, a linguagem é determinante para assegurar as condições de vida do indivíduo, pois dela ele depende para ter um convívio social e seu desenvolvimento pessoal.

Ao refletirmos sobre o papel que a linguagem ocupa na constituição do pensamento, na possibilidade de acesso ao conhecimento enfim, na própria vida do homem podemos inferir sobre encaminhamentos necessários à educação de alunos surdos. Nessa direção é possível perceber a importância do bilinguismo na escola, como encaminhamento filosófico e pedagógico, necessário à condução de alunos surdos ao conhecimento.

A definição de bilinguismo, nessa comunicação, deve ser precedida pela afirmação de que, a língua de sinais tem para o surdo a mesma função que a língua oral tem para os sujeitos que possuem a audição preservada.

Os indivíduos surdos, diferentemente dos que ouvem, não se apropriam da língua oral de forma casual, pela simples imersão em contextos sociais habitados por falantes dessa linguagem. Em contrapartida, a aquisição da língua de sinais pelo surdo, depende exclusivamente da imersão em espaços sociais nos quais usuários das línguas gestuais se comuniquem. Ora, dito de outro modo, a língua de sinais é para o surdo uma ferramenta psicológica quase natural.

Segundo Capovilla e Capovilla (2002), na segunda metade do século XVIII havia duas correntes opostas sobre a linguagem dos surdos. Uma era protagonizada por De L'Épée, abade francês, que defendia a comunicação com sinais para os surdos e a outra por Heinicke, em Hamburgo e Leipzig que apostava na língua oral, como língua para os surdos.

Em 1880, em um congresso em Milão, foi definido que o método de ensino para os surdos seria o método oralista, essa decisão trouxe várias consequências para a educação dos surdos. Os professores surdos foram demitidos e os professores ouvintes passaram ensinar, a partir de então, apenas através da oralidade. Isso fez com que muitas tentativas de educação de surdos fossem inócuas, pois a partir a imposição do método oral na educação de surdos consolidou-se um atraso cognitivo muito grande na minoria surda (CAPOVILLA E CAPOVILLA, 2002).

O rebaixamento cognitivo dos surdos passou a ser usado como prova da importância da linguagem oral para o desenvolvimento destes. É certo que o objetivo do método era fazer com que os surdos tivessem acesso ao mundo dos falantes e ouvintes e visava melhor desempenho dos surdos na escrita e na leitura também. Apesar de todas as boas e otimistas intenções dos educadores oralistas, de acordo com Capovilla e Capovilla (2002), o percentual de surdos que alcançou os objetivos foi pequeno.

Na Alemanha, de acordo com o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (06/11/95), tal percentual é estimado em 0,5%. Além disso, como sua articulação incomum tende a ser recebida com estranhamento pelos ouvintes, muitos dos que conseguiram aprender a oralizar sentem-se inibidos e desencorajados em fazê-lo fora de seu círculo de amizade no dia a dia (CAPOVILLA E CAPOVILLA, 2002, p.131).

Então, a partir da década de 1960 decidiu-se que, se o oralismo não apresentasse resultados, os métodos de ensino para os surdos deveriam ser repensados e substituídos por métodos que obtivessem maiores resultados. De acordo com os autores a partir dos anos de 1960 então, vários métodos começaram a aparecer

E, de fato, uma série de desenvolvimentos metodológicos e tecnológicos surgiram dos anos 60 aos 90, todos sempre acompanhados de grandes expectativas. Por exemplo, o desenvolvimento dos aparelhos auditivos na década de 1960, os projetos de intervenção precoce e o desenvolvimento de novos modelos de gramática na década de 1970. Na década de 1980 houve novos desenvolvimentos tecnológicos na acústica dos aparelhos auditivos, e programas de computador para auxiliar a percepção da fala como o *Phonator* e o *Visible Speech*. Na década de 1990, são os implantes cocleares e os programas de treino auditivo intensivo nos primeiros anos de vida. Todos esses desenvolvimentos procuram reparar o déficit auditivo e levaram a alguns progressos, embora estes ainda estejam aquém do objetivo maior que é permitir ao surdo a aquisição e o desenvolvimento normais da linguagem (CAPOVILLA E CAPOVILLA, 2002, p.131).

Neste período então, a partir dos anos 60 que, repensando em métodos para o desenvolvimento cognitivo dos surdos, o método da comunicação total surgiu. Ele admitia o uso de qualquer meio de comunicação. Contudo, de acordo com Capovilla e Capovilla (2002), na prática, tal conciliação nunca foi possível, devido à natureza extremamente distinta da língua de sinais com sua morfologia e sintaxe diferenciada e espacial e, logo, a descontinuidade entre ela e a língua falada.

Houve de fato, uma desarticulação entre a fala e a língua de sinais na educação de surdos pois, os professores não conseguiam fazer a articulação entre a fala e representá-la de maneira completa na língua de sinais. Essa impossibilidade de uso simultâneo e eficiente das línguas oral e de sinais foi o marco para o surgimento e consolidação da abordagem bilíngue.

A filosofia bilíngue defende que, o ensino formal ao surdo seja conduzido por meio da língua de sinais e que a língua oral, em sua modalidade escrita, e eventualmente também na oral, seja ensinada como segunda língua ao surdo. No bilinguismo então, o objetivo é fazer com que o surdo utilize sua língua primária, a língua de sinais e secundariamente ele utilize a escrita, relativizando a importância da aquisição da fala.

Segundo Galuch e Mori (2008), a discussão sobre o desenvolvimento da linguagem nos surdos, deve considerar os graus de perda auditiva, que são vários. Há os surdos que ouvem com aparelhos auditivos, há os que conseguem fazer leitura labial e há também os totalmente surdos, que são aqueles que nem com ajuda de aparelhos auditivos conseguem ouvir. A leitura labial, comumente é alcançada de forma eficiente por surdos pós linguais que, em algum momento da vida, tiveram contato com a sonoridade da fala.

As vantagens da adoção da língua de sinais na educação de surdos pode ser confirmada pela comparação entre experiências educacionais. Nesse sentido Sacks (1998) oferece exemplos como o de uma escola, chamada progressista, na Inglaterra, a Northampton School. Nessa escola, a língua de sinais não era permitida, não somente a Língua Britânica de Sinais mas qualquer tipo de comunicação por sinais era proibido, fazendo com que os alunos natissurdos ou pré linguísticos tivessem mais dificuldades. Em direção diametralmente oposta, alunos surdos que estudaram na *American Asylum for the Deaf* (Asilo Americano para surdos) - uma escola que adotava a língua de sinais livremente nas relações estabelecidas no contexto escolar, saíam de lá alfabetizados e muitos deles se revelavam verdadeiros literatas.

ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS.

A pesquisa de Sacks (1998) faz referência à situação social experimentada pelos surdos ao longo da história e descreve as dificuldades por eles enfrentadas.

A situação das pessoas com surdez pré-linguística antes de 1750 era uma calamidade: incapazes de desenvolver a fala, e portanto 'mudos', incapazes de comunicar-se livremente até com seus pais e familiares, isolados, exceto nas grandes cidades, até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo

problema, privados da alfabetização e instrução, de todo conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade como pouco mais do que imbecis - a sorte dos surdos era evidentemente medonha (SACKS, 1998,p.27).

Os surdos chegaram a ser definidos por lei, como incapazes de casar, adquirir alguma herança. Em suma foram considerados seres que não poderiam ser educados. Nesse sentido, Capovilla e Capovilla afirmam

Durante séculos a crença de que o surdo não seria educável ou responsável pelos seus atos foi justificada com base em textos clássicos, tanto sacros quanto seculares. No século IV AC, Aristóteles supunha que todos os processos envolvidos na aprendizagem ocorressem através da audição e que, em consequência, os surdos seriam menos educáveis que os cegos. Na Idade Média, supunha-se que os surdos não teriam acesso à salvação, já que, de acordo com Paulo na Epístola aos Romanos, a fé provém do ouvir a palavra de Cristo (CAPOVILLA e CAPOVILLA,2002,p.128).

No século XVI chega-se a conclusão que para entender, de fato, as idéias não era preciso ouvir as palavras. Essa compreensão trouxe uma revolução para a vida dos surdos. Pedro Ponce de Leon, em 1520 foi o primeiro a defender e empregar na educação a língua de sinais. Suas estratégias pedagógicas foram, posteriormente, aprimoradas pelo abade Charles Michel de L'Épée, um educador de grande importância para os surdos. L'Épée atribuiu especial importância à língua de sinais e adotou junto a ela recursos como figuras e a escrita, na tentativa de conduzir os surdos ao conhecimento. Em outros termos, L'Épée ensinou aos surdos visualmente, o que os professores ensinariam a alunos não surdos através da fala. Unindo a língua de sinais nativa e a gramática francesa, De L'Épée, foi o primeiro a conseguir que os surdos conseguissem ler e escrever. De acordo com Sacks (1998), em 1755, o abade fundou a primeira escola que teve auxílio público para os surdos, e após sua morte já haviam vários professores treinados por ele e mais de vinte escolas para os surdos pela Europa e França.

No Brasil, a educação de surdos teve início no período imperial. Foi no Império de Dom Pedro II que surgiram as primeiras discussões sobre a educação de surdos. Em 1857, o professor Ernest Huet, juntamente com Dom Pedro II, fundou a primeira escola para os surdos no Brasil. Essa escola funcionava como um abrigo para os surdos do sexo masculino.

Inicialmente, o número de alunos matriculados não era muito grande. Em 1957 esta escola para surdos passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)¹.

Por volta da década de 1970, o INES e o Brasil passaram a rediscutir os rumos da educação dos surdos. Tais discussões não se restringiam ao âmbito nacional. A educação dos surdos passou a ser repensada, pois a oralização dos surdos, adotada pelo Instituto após o congresso de Milão, exigia um processo a longo prazo e não estava gerando resultados positivos.

As discussões em torno da necessidade de redefinir os rumos da educação dos surdos se intensificam até a década de 1990 quando a filosofia do bilinguismo é assumida por grande parte das escolas públicas para alunos surdos no Brasil, e até nos dias de hoje é uma perspectiva hegemônica.

Os adeptos do bilingüismo admitem que os surdos pré linguísticos, podem ficar totalmente impedidos de desenvolver a inteligência, no entanto isto não significa que ela não exista. O indivíduo precisa adquirir uma língua significativa para ele, para que o acesso ao conhecimento e conseqüentemente ao desenvolvimento intelectual possa acontecer de fato.

O CURRÍCULO ADEQUADO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS

Com o atendimento de crianças com deficiência na sala de aula normal, o currículo deve conter dinâmicas necessárias para o tipo de aluno a ser atendido. No entanto, este currículo deve ser elaborado não somente pelo professor, mas por toda equipe educacional e, segundo Alencar e Rodriguero (2008), tal currículo deve ter embasamento no contexto democrático, solidário e com respeito as diferenças.

Ainda de acordo com Alencar e Rodriguero (2008), as adaptações realizadas para os alunos de inclusão podem ser de pequeno ou grande porte. Essas adaptações devem atingir desde o Plano Municipal de Educação até o plano de aula do professor. Desta forma fica a cargo das às secretarias de educação nortear as necessárias alterações curriculares.

¹ O dia 26 de setembro foi definido como o dia do surdo em razão da data de fundação do Instituto Nacional dos Surdos.

Para Vigotsky, o desenvolvimento dos surdos é prejudicado pela falta da linguagem oral, no entanto para que a educação prospere, o surdo deve ter domínio da mímica (terminologia por ele adotada para designar a língua de sinais) e da escrita. Assim, a criança conseguirá adquirir conhecimentos científicos. O professor pode utilizar então o alfabeto datilológico ou manual, mímica, recursos tecnológicos, a escrita e até mesmo a língua oral para que possa ser feita a leitura labial.

A figura que segue apresenta as configurações de mãos que compõem o alfabeto datilológico.



Figura 3:Alfabeto Datilológico

Fonte: http://librasbysoraya.com.br/website/quem_somos.htm

O alfabeto datilológico é um alfabeto manual, pois são com as mãos que se constrói as palavras, geralmente é utilizado para escrever nomes próprios ou palavras que não tenham um sinal que a signifique.

A POLÍTICA NACIONAL DE INCLUSÃO

A regulamentação da LIBRAS foi consolidado por meio do decreto nº 5.626, 22 de dezembro de 2005, o Brasil, além de regulamentar a Libras com língua oficial determina que a Libras seja inserida nos cursos de formação de professores, nos cursos de fonoaudióloga e em todos os cursos de licenciatura.

A língua de sinais, de acordo com o decreto, deve ser disponibilizada e ensinada ao aluno surdo desde a educação infantil. Também deverá ser disponibilizada a esses alunos, caso precisem, a sala de apoio, ou seja o atendimento educacional especializado. O decreto prevê a oferta de cursos de Libras, não somente aos professores, mas também aos funcionários das escolas que tenham surdos matriculados. De acordo com o Decreto, é preciso elaborar formas diferentes de avaliação para os alunos surdos.

Com a efetivação do bilinguismo no Brasil, juntamente e com a aprovação da lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e, posteriormente, com decreto que a regulamenta, o de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 observou-se um desenvolvimento escolar adequado de nota entre os surdos brasileiros. As mudanças nos rumos da educação dos surdos fez com que muitos surdos passassem a alcançar destaque em profissões.

De acordo com a Política Nacional na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a inclusão deve ser uma conduta escolar presente desde a educação infantil até o ensino superior. Essa determinação, segundo a filosofia inclusiva, fará da escola pública brasileira uma escola democrática. No entanto, essa inclusão não deve se limitar ao ato da matrícula do aluno com deficiência. A inclusão deve se consolidar nas práticas pedagógicas escolares.

Foi com o Decreto Legislativo 186/2008 elaborado durante a convenção sobre os direitos de pessoas com deficiência, que aconteceu em Brasília em 2008, que os surdos alcançaram plenamente o direito de frequentar a escola comum.

O Decreto Legislativo 186/2008, em seus artigos 3, 12 e 24, também dispõe sobre os direitos dos alunos com deficiência, conforme destacamos a seguir:

Artigo 3 . [...] Os princípios da presente Convenção são:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;

h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Artigo 12 [...]

1. Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei.

2. Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.

Artigo 24 [...] Educação.

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...].

No próximo item abordaremos com foi a condução das leis e da inclusão no estado do Paraná.

LEGISLAÇÃO E CONDUTA ESPECÍFICA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ

O Paraná tomava como base a filosofia oralista para a educação dos surdos, a partir da década de 90 passou a alterar os rumos dessa educação. Assim, o Paraná precisou repensar suas concepções e enfrentar as reivindicações dos surdos. Em 1993 houve em Cascavel um seminário ao qual se discutiu questões relacionadas à educação dos estudantes surdos. Neste seminário os surdos reivindicaram o emprego da língua de sinais na educação.

A partir deste seminário definiu-se pela realização de um outro evento intitulado por “Surdez, Educação e cidadania”. O mesmo seminário aconteceria ocorrer a cada dois anos em uma das cidades do Paraná. Nele passaram a ser discutidas questões sobre a educação do aluno surdo. E a capacitação do docente para atuar com o aluno surdo tornou-se objeto de discussão do referido seminário. Os professores buscaram aperfeiçoamento profissional e a Secretaria de educação ofertou cursos intensivos para esses professores.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná (SEED/2010) o documento “Educação que nós surdos queremos”, de 1995, é uma reivindicação política voltada para a surdez. Este documento permitiu que os surdos fossem ouvidos.

A partir de 2003, de acordo com a SEED representantes de vários setores, juntamente com as secretárias municipais de educação, se uniram para discutir a educação especial no Paraná.

A inclusão, no âmbito educacional, não se restringe aos alunos com deficiências. Não são somente os alunos com deficiência que enfrentam a exclusão e se percebem, por vezes, à margem dos direitos escolares e sociais. Contudo, nos limites desse trabalho, discutiremos a inclusão de alunos surdos no estado do Paraná.

De acordo com o documento da SEED (2010), nas décadas de 1970 e 1980, o atendimento educacional voltado aos alunos com necessidades especiais tinha um caráter mais terapêutico, pois tentava-se fazer com o que o aluno chegasse a maior normalidade possível, e a partir dessa normalidade pudesse frequentar uma escola normal.

No final do século XX, pessoas com deficiência tiveram alguns direitos garantidos por lei. Mas, foi em 2003 que a SEED e DEEIN (Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional) assumiram as rédeas em relação à educação especial. Assim, no Paraná o processo de inclusão tem acontecido de forma gradativa. Segundo os documentos da SEED (2010), o poder público assumiu o respeito às diferenças. Esse respeito consistiu em na criação de recursos que tornassem possível a inclusão escolar, como salas de recurso, professores de apoio, professores intérpretes, enfim, adaptações curriculares para atendimento das diferenças presentes no cenário escolar.

O Paraná assume o compromisso de os alunos, a despeito da deficiência que apresente. Contudo, o propósito é que as capacidades desses alunos sejam exploradas e não os seus déficits sejam acentuados.

Segundo os documentos da SEED (2010), desde 2003 o número de alunos com deficiência nas escolas comuns só tem aumentado. Todos os alunos, com e sem deficiência, podem estudar em uma sala de aula comum. Todavia, o Paraná não acabou com as escolas especiais mantendo-as como opção de espaço educacional para os que delas quiserem se beneficiar.

Para que o processo de inclusão não ficasse apenas no papel foram necessárias medidas por parte do governo, como por exemplo, a realização de concursos públicos para a contratação de professores para a educação especial.

Podemos considerar que a inclusão, especificamente no Paraná, reflete um amadurecimento das políticas educacionais. Essa condução tornou a escola mais democrática ao permitir mais do que todos estudem juntos é o objetivo da SEED, assim como do MEC.

Todavia, o sucesso da proposta inclusiva não pode ser assegurado pela lei. É preciso que as escolas estejam preparadas para atender os alunos inclusos, dando condições para que obtenham o mais importante, o conhecimento. Nessa direção, para atendimento do aluno surdo é fundamental que o professor tenha conhecimento de Libras. A SEED percebendo a necessidade desta capacitação, entre os anos de 2003 a 2006 ofertou cursos de educação bilíngue .

Segundo a SEED (2010), em 2008 houve o estabelecimento de uma parceria entre a CAS (Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez) SEED e o DEEIN para dar apoio aos profissionais que atendem alunos surdos. A CAS criou também uma parceria importante com o MEC e com as secretárias Municipais e Estaduais.

A deliberação 02/03, no artigo 1º, regulariza o direito dos alunos com algum tipo de deficiência frequentarem, uma sala de aula regular, no Estado do Paraná, desde a educação infantil.

Em relação a essa questão o artigo 4º da citada deliberação apresenta os deveres do estado, conforme segue:

A Secretaria de Estado da Educação incumbir-se-á de manter:

- I. sistema atualizado de informação e interlocução com órgãos do censo demográfico e escolar, para conhecimento das demandas e acompanhamento da oferta de atendimento em Educação Especial;
- II. setor próprio para orientar, acompanhar, oferecer apoio técnico, pedagógico e administrativo, supervisionar e fiscalizar as instituições de ensino;
- III. serviços de atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede pública;
- IV. interfaces com as secretarias de saúde, trabalho, cidadania e promoção social e outras, para assegurar serviços especializados de natureza clínico-terapêutica, profissionalizante, assistencial aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino público e conveniado;
- V. parcerias ou convênios com organizações públicas e privadas, que garantam uma rede de apoio interinstitucional, para assegurar atendimentos complementares, quando necessário;

VI. parcerias com instituições de ensino superior, para implantação de temas e conteúdos relacionados ao atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais na formação de alunos de graduação e pós-graduação, realização de pesquisas e atividades de extensão, bem como programas e serviços relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando o aperfeiçoamento desse processo educativo.

Com relação à educação dos surdos o Paraná assume, com o bilingüismo. Vale destacar que o Paraná se antecipou ao Brasil no reconhecimento da Libras como a língua oficial dos surdos. O reconhecimento da Libras no Paraná é datado de 11/03/1998, pela Lei 12.095

No dia 02 de Junho de 2003 a comissão temporária de educação especial criou de acordo com as leis que são dispostas ao Paraná, uma documentação para regularizar a educação especial do estado. De acordo com o documento, a escola deve atender e disponibilizar condições para que o aluno consiga se adequar ao ambiente e ao ensino independentemente de ser sua deficiência temporária ou permanente. Pela concepção que permeia o documento os professores devem se adequar à linguagem do aluno. Principalmente no caso de alunos com surdez, deve haver na escola intérprete que acompanhe os alunos em todas as aulas.

De acordo com Silvia e Santos, a partir do evento da SEED sobre educação bilíngue, em 2006 pode-se perceber as dificuldades que os professores estavam encontrando em relação à educação dos alunos surdos e à condução de práticas pedagógicas que atendessem as necessidades dessa clientela. Para além disso, foi possível identificar a resistência de alguns profissionais à proposta bilíngue de educação de surdos.

A idéia de propor uma forma mais pontual de formação para a educação bilíngüe dos alunos surdos, oportunizando ao professor elementos teóricos e práticos capazes de produzir alternativas para a organização do ensino em suas salas de aula, surgiu a partir da participação do evento sobre educação bilíngüe para surdos, promovido pela SEED em 2006. Nesse evento era possível constatar nas observações, conversas e participações dos professores, o quanto era difícil a compreensão da proposta de trabalho. Pudemos perceber que o processo de mudança, implantação e legalização da educação bilíngüe para surdos, ao contrário do que havíamos acreditado, não era consenso e muito menos havia acontecido um processo de amadurecimento de conceitos e proposições pedagógicas. Nos dias do evento citado, era comum ouvir pelos corredores os seguintes comentários: isso é moda, é passageiro, não consigo aprender língua de sinais, como vou ensinar meus alunos lerem se não ensino a falar? (SILVIA E SANTOS, p.8, s/d)

A respeito das dificuldades enfrentadas para a educação dos alunos surdos no Paraná, já é possível identificar alguns resultados favoráveis advindos da adoção da filosofia bilíngue

na educação dos alunos surdos. Na década de 90 era raro encontrar alunos surdos frequentando o ensino superior no Paraná. Atualmente percebemos que a adoção do bilinguismo nas escolas de surdos, bem como a tentativa de preservar essa filosofia e assegurar a manutenção da proposta de educação bilíngue nas escolas inclusivas favoreceu a ascensão acadêmica desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesse estudo demonstrar como se efetivou a proposta de inclusão de alunos surdos no Estado do Paraná. No item “Refletindo sobre a Surdez” observamos que o quanto os surdos já passaram por situações de exclusão e como eram tratados no passado. A surdez era vista como uma condição patológica que devia ser curada. Os surdos foram impedidos de se comunicarem por sinais. Este impedimento estabeleceu um atraso cognitivo significativo na população surda.

Na sequência, procuramos apontar as ações consolidadas pelo Brasil e pelo Paraná no sentido de conduzir a transformação da educação dos surdos. Fizemos referência às movimentações de parte da comunidade surda. Nesse cenário, procuramos demonstrar que o Paraná assumiu a proposta de educação inclusiva de alunos surdos com prudência, oportunizando o acesso ao ensino comum, sem eliminar as escolas especiais que conduzem uma educação bilíngue para o conjunto dos alunos matriculados.

Como quadro atual, apresentamos a nova configuração que as escolas diante da proposta de inclusão escolar de alunos com deficiência. É grande a responsabilidade de toda equipe pedagógica e principalmente dos docentes em atuar em salas de aula com alunos com deficiência. Salientamos ser fundamental que os professores estejam cada vez mais preparados para os desafios que se impõem no trabalho com os alunos com deficiência na escola inclusiva. De modo especial destacamos as necessidades de alunos privados do sentido da audição e do acesso espontâneo à comunicação oral.

Esperamos que além dos avanços já identificados na vida escolar e profissional de alunos surdos, que estes possam, cada vez mais, ter suas capacidades reconhecidas pela sociedade, e que por meio do acesso ao conhecimento, não fiquem mais à margem da escola e da sociedade.

Os desafios a serem superados em relação à educação dos surdos são muitos e não tão fáceis de enfrentar. Mas, pensamos ser necessário que professores e professoras em formação, reflitam sobre as fragilidades e possibilidades da inclusão um olhar consciente e diferenciado sob ela.

É preciso que os educadores estejam vigilantes para que a proposta de educação bilíngue e inclusiva de alunos surdos resulte em sucesso na vida pessoal e profissional dessa população e que a inclusão não que se pano de fundo para novas oportunidades de discriminação revelando-se uma falsa inclusão. E não abrindo apenas as portas para que esses alunos entrem em uma sala de aula regular a inclusão é muito mais que isso, requer de nos professores além de conhecimento para lidar com a situação, requer amor e carinho para com seus alunos.

REFERÊNCIAS

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O DESAFIO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUEDOS SURDOS Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/889-4.pdf>

Acesso em: 17/07/11

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CAPOVILLA, Fernando C. and Capovilla, Alessandra G. S. Educação da criança surda: o bilingüismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética. *Rev. bras. educ. espec.*, 2002, vol.08, no.02, p.127-156. ISSN 1413-6538

CAPOVILLA A. G. S.; SUITER I.; CAPOVILLA F. C. Comparando o processamento cognitivo de crianças com e sem dificuldade de leitura: diferenças em estratégias de leitura, escrita sob ditado, consciência fonológica, vocabulário, memória fonológica, processamento visual, aritmética e seqüenciamento. In: MACEDO E. C.; GONÇALVES M. J.; CAPOVILLA F. C.; SENNYEY A. L. (Org.). **Tecnologia em (re) habilitação cognitiva**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2002. p. 392- 405.

BRASIL

Decreto nº 5.626, 22 Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

Acesso em: 20/07/11

BRASIL

Decreto nº186/2008 Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/DLG186-2008.htm

Acesso em: 14/07/11

BRASIL

Deliberação 02/03 Disponível em:

http://www8.pr.gov.br/portals/portal/educacaohospitalar/pdf/11_Deliberacao_CEE_02_03.pdf

Acesso em: 05/06/11

Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – DEEIN

Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos.

Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/>

Educação especial e inclusão educacional, fundamentos legais.

Relatório da gestão 2003-2010

Disponível em:

<http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/arquivos/File/relatoriodeeinv2.pdf>

ou

<http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/arquivos/File/relatoriolegislacaofinalwmt2011.pdf>

Acesso em: 29/07/11

GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda**: Linguagem e Cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 2001.

JOINT COMMITTEE ON INFANT HEARING - Position Statement: Principles and Guidelines for Early Hearing Detection and Intervention Programs. *Pediatrics*, v. 120, n. 4, p. 898-921, out, 2007.

BRASIL Lei 12.095 Disponível em:

<http://www.cvi-maringa.org.br/index.php?dir=lerLegislacao&id=34>

Acesso em: 29/07/11

BRASIL Lei nº 10.436 Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm

Acesso em: 29/07/11

Maria Auxiliadora Monteiro Villar & Juan Clinton Llerena Junior. – Rio de Janeiro: Editora UNIRIO, 2008.

MATISKEI, Angelina C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. In: **EDUCAR EM REVISTA**. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, 2004. p. 185-202.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. Aprendizagem e desenvolvimento das funções complexas do pensamento, na perspectiva histórico-cultural. In: MORI, Nerli Nonato Ribeiro; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda (Orgs). **Aprendizagem e Desenvolvimento**: intervenção pedagógica para pessoas com deficiência sensorial auditiva. Maringá: EDUEM, 2008. p.13-34

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi; ALENCAR, Gizeli Aparecida Ribeiro de; SILVA, Márcia Aparecida Marussi; RIBEIRO, Maria Júlia Lemes. **Atendimento Educacional Especializado**. Maringá: UEM, 2008.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **Fundamentos de Defectología**. Obras completas-tomo cinco. Havana: Editora pueblo y educación, 1989.